

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.750 - CE (2019/0002315-7)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
AGRAVADO : RC - CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO MATERIAL CONSTRUÇÃO LTDA  
ADVOGADO : KAMILE MOREIRA CASTRO - CE015514  
INTERES. : JOSÉ SÉRGIO PINHEIRO DIOGENES  
INTERES. : IOLANDA MARIA FERNANDES DE ASSIS  
INTERES. : LUCIANO COSTA DA SILVA  
INTERES. : MARCONDES NOGUEIRA DE FREITAS  
ADVOGADO : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183  
INTERES. : AUTOPOSTO JAGUARIBANO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS EIRELI  
INTERES. : ELIVAN PEIXOTO DE QUEIROZ

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM ARESP. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 735/STF PELA DOUTA DECISÃO AGRAVADA, ORIUNDA DA ILUSTRE PRESIDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. RECONSIDERAÇÃO. MEDIDA ACAUTELATÓRIA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS DO ACIONADO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DO ÓRGÃO ACUSADOR DE REFORMA DO JULGADO QUE AFASTOU A MEDIDA CONSTRITIVA, UMA VEZ PRESENTES OS REQUISITOS. ESTA CORTE SUPERIOR, COM A RESSALVA DE ENTENDIMENTO PESSOAL DO RELATOR, TEM A DIRETRIZ ACERCA DO PERIGO DA DEMORA PRESUMIDO, QUE DISPENSA A COMPROVAÇÃO DE ATOS DILAPIDATÓRIOS PARA QUE OCORRA O BLOQUEIO PATRIMONIAL. O TRIBUNAL DE ORIGEM AFASTOU, DE FORMA AMÍUDE, A ALTA PLAUSIBILIDADE DO DIREITO ALEGADO, RAZÃO PELA QUAL NÃO OCORREU VIOLAÇÃO NA ESPÉCIE DO ART. 7º, DA LEI 8.429/1992. RECONSIDERA-SE A DECISÃO AGRAVADA PARA, EM SEQUÊNCIA, NEGAR-SE PROVIMENTO AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO ÓRGÃO ACUSADOR.*

1. Trata-se de Agravo Interno interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra decisão da ilustre Presidência desta Corte Superior que *incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância a*

# Superior Tribunal de Justiça

quo (fls. 1.385).

2. Nas razões de seu Agravo Interno, a parte agravante argumenta que *em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acima citada, o recurso especial oriundo do julgamento de agravo de instrumento que apreciou decisão interlocutória somente não é cabível quando ocorrer a posterior prolação da sentença de mérito, o que não ocorreu neste caso* (fls. 1.394).

3. Não houve contrarrazões (fls. 1.398).

4. Em síntese, é o relatório.

5. Inicialmente, em casos relativos à indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa, esta Corte Superior não tem aplicado o referido enunciado sumular 735/STF.

6. De fato, esta Corte Superior tem efetuado controle de legalidade acerca da correta aplicação, pelas Cortes de origem, do art. 7º. da Lei 8.429/1992. Muito embora se saiba que o perigo da demora é presumido, este Tribunal Superior tem apreciado questões como correta fundamentação judicial acerca da medida constritiva de direitos e acerca da existência do chamado *fumus boni juris*.

7. Aliás, não fosse essa possibilidade de a Corte Superior controlar a legalidade das medidas de indisponibilidade patrimonial advenientes das Cortes Locais, não teria esta Corte Superior firmado, em julgamento repetitivo, a concepção que passou a ser vigente nessa fase inicial das ações de improbidade, qual seja, a de que *é presumido o perigo da demora para o deferimento do bloqueio de bens dos réus* (REsp. 1.366.721/BA, Rel. p/Acórdão Min. OG FERNANDES, DJe 19.09.2014).

8. Reconsidera-se, portanto, a solução unipessoal ora agravada.

9. Quanto ao mais, cinge-se a controvérsia em perquirir

# Superior Tribunal de Justiça

se estão presentes ou não, no caso, os requisitos materiais e processuais para o deferimento da medida de indisponibilidade de bens da parte ré na ACP por supostos atos de improbidade administrativa.

10. Sobre o tema, dispõe o art. 7º., parág. único da Lei 8.429/1992 que *a indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.*

11. Em interpretação ao referido dispositivo, esta Corte Superior firmou o entendimento de que a decretação de indisponibilidade de bens em ACP por Improbidade Administrativa dispensa a demonstração de dilapidação ou a tentativa de dilapidação do patrimônio para a configuração do *periculum in mora*, o qual está implícito ao comando normativo do art. 7º. da Lei 8.429/1992, bastando a demonstração do *fumus boni juris*, que consiste em indícios de atos ímprobos (REsp. 1.366.721/BA, Rel. p/acórdão Min. OG FERNANDES, DJe 19.9.2014).

12. Conquanto dispensada a comprovação de dilapidação patrimonial para a efetivação da medida de bloqueio, entendeu-se, no julgado em testilha, que para a manutenção da indisponibilidade é imperiosa a aferição dos seguintes requisitos:

(a) *sejam demonstrados fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que tenha causado lesão ao patrimônio público ou ensejado enriquecimento ilícito;*

(b) *seja adequadamente fundamentada pelo Magistrado, sob pena de nulidade (art. 93, IX da Constituição Federal);*

(c) *esteja dentro do limite suficiente, podendo alcançar tantos bens quantos forem necessários a garantir o integral ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, levando-se em consideração, ainda, o valor de possível multa civil como sanção autônoma; e*

(d) *seja resguardado o valor essencial para subsistência do indivíduo.*

# Superior Tribunal de Justiça

13. Muito embora a parte alegue que o feito de origem conta com a demonstração dos requisitos da aparência do bom direito e do perigo da demora, é de se assinalar que a Corte de origem atestou a ausência da plausibilidade do direito alegado – consistente em possível prática de atos ímprobos e em possível prática de atos de potencial dilapidação de patrimônio –, circunstância que exclui a incidência do julgado repetitivo citado. Além disso, aduziu que as medidas acautelatórias não eram necessárias ao transcurso da lide sancionadora. Confira-se o aresto:

*Sob essa ótica, cumpre verificar caso a caso se a pretensão de indisponibilidade do bem encontra amparo nas alegações da ação acerca do cometimento de atos ímprobos ou dos benefícios deles decorrentes.*

*No caso em análise, extrai-se do teor da decisão agravada e mesmo dos argumentos da agravante que há indícios do cometimento de ato ímprobo, tanto na Tomada de Preços nº 2010.01.13.01 quanto no Pregão Presencial nº 2009.03.09.01. Nada obstante, não há nos autos a demonstração de qual seria o efetivo prejuízo financeiro decorrente do contrato firmado com a empresa que se sagrou vencedora da Tomada de Preço nº 2010.01.13.01, para reformar uma unidade escolar, bem assim a especificação do prejuízo oriundo do pregão presencial 2009.03.09.01, que teve como objeto contratar empresa para fornecer combustíveis e derivados de petróleo destinados ao abastecimento da frota oficial e agregados da Secretaria de Educação do Município de Jaguaribe/CE.*

*De fato, não há nenhuma alusão aos danos causados à Municipalidade. A própria inicial da ação não se aventura a detalhar quanto importou o prejuízo ao Erário, não sustentando em momento algum que a reforma do colégio ou o fornecimento de combustível não tenham sido realizados ou tivessem o preço superfaturados. Só isso configura o exagero de se considerar o valor total dos contratos (R\$ 481.630,27) como o valor do dano a ser objeto da indisponibilidade decretada (fls. 1.183).*

14. Por essa razão, não houve violação alguma dos dispositivos da lei processual referentes à fundamentação das decisões judiciais quanto ao bloqueio patrimonial cautelar, uma vez que as Instâncias Ordinárias, de acordo como a moldura fático-probatória que se decantou na espécie – gize-se, impermeável a modificações em sede de recorribilidade extraordinária, até mesmo pelas próprias limitações procedimentais –, apontaram a total ausência de identificação do alegado dano ao Erário (alusivo à própria

# *Superior Tribunal de Justiça*

plausibilidade da pretensão), razão pela qual não se mostra autorizada a medida garantidora de eficácia útil de eventual sentença condenatória, no caso, a indisponibilização patrimonial do implicado. O aresto não merece reproche, portanto.

15. Mercê do exposto, reconsidera-se a decisão agravada para, em sequência, negar-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do Órgão Acusador.

16. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR